

EDITAL 008/2019 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DE APOIO A GESTÃO RELACIONADA AO CONTRATO DE GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H - MATOZINHOS/MG.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA POR MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DATA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA: 14/10/2019

I - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o cumprimento do Termo de Colaboração N°008/2018, celebrado entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social – IBDS, e o Município de Matozinhos/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, se faz premente a **CONTRATAÇÃO** de EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DE APOIO A GESTÃO RELACIONADA AO TERMO DE COLABORAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H LOCALIZADA EM MATOZINHOS/MG.

II - OBJETO

Cláusula 1ª – O objeto da presente competição é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de assessoria técnica e administrativa de apoio a gestão relacionada ao acompanhamento na execução do contrato de gestão e operacionalização da Unidade de Pronto Atendimento - Matozinhos/MG, através de medidas de assessoria na elaboração e otimização dos processos de trabalho com análise crítica.

III - PREÇO

Cláusula 2ª – Cada concorrente deverá computar, no preço cotado, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

Cláusula 3ª – Os preços deverão ser considerados para prestações de serviços periódicas mensais.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Cláusula 4ª – Poderão participar deste processo pessoas jurídicas:

- a) Legalmente constituídos de acordo com a legislação do país;
- b) Que tenham por objeto social atividade compatível e condizente com o objeto mencionado.

Parágrafo único – A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Cláusula 5ª – Não poderão participar deste processo os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de contratar com qualquer ente da administração, direta ou indireta.

Cláusula 6ª – Após a análise dos documentos encaminhados, o interessado que apresentar a melhor proposta financeira, de acordo com os critérios estabelecidos nesse Termo de Referência, deverá encaminhar a seguinte documentação:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e devidamente registrado;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Documentação de regularidade fiscal e jurídica, tais como as CND's Federal, Estadual e Municipal, CADIN, CAFIP, FGTS e CNDT.
- d) Endereço e Telefone da empresa;
- e) E-mail de contato;

V – DA PROPOSTA

Cláusula 7ª – Na elaboração da proposta comercial deverão ser observados os seguintes requisitos:

- c) Conter especificação clara do produto ofertado;
- d) Cotação do preço unitário;
- e) Consignar os valores em moeda corrente nacional, limitado a 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as frações excedentes;
- f) Prazo de validade de quantos dias corridos, contados da data de sua apresentação;
- g) Data (dia, mês e ano).

VI- DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Cláusula 8ª – As propostas serão julgadas de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

Cláusula 9ª – Depois de enviadas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

Cláusula 10ª – As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis, e a melhor qualidade dos produtos.

Cláusula 11ª – Em caso de empate, será realizado sorteio entre as empresas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Cláusula 12ª – Será considerada vencedora a proposta que atenda às especificações do objeto e oferte o menor preço.

Cláusula 13ª – Serão desclassificadas as propostas que alterem, descaracterizem ou desatendam às especificações do objeto, independentemente do preço que ofertem.

Cláusula 14ª – Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais participantes, bem como não se considerará qualquer oferecimento de vantagem não prevista no instrumento convocatório.

Cláusula 15ª – Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preço o do mercado, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou sejam

manifestamente inexequíveis.

Parágrafo único – Por preço manifestamente inexequível unitário ou global, deve-se entender aquele que seja simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado.

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 16ª – O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social poderá revogar ou anular este processo, no todo ou em parte.

Cláusula 17ª – A apresentação da proposta implica plena e total aceitação das condições deste ato convocatório, ficando automaticamente prejudicada a proposta que expressamente contrarie suas normas.

Cláusula 18ª – Poderá o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social deixar de contratar com a proponente melhor classificada, se tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que comprometa sua idoneidade financeira, capacidade de fornecimento, sem que a esta caiba o direito de indenização ou reembolso, seja a que título for.

Cláusula 19ª – Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no site do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2019



Daniella Pedrosa Salvador Viana
Presidente

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

É objeto da presente contratação de empresa para prestação de assessoria técnica e administrativa de apoio a gestão na área da saúde.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social foi contratado pelo Município de Matozinhos/MG mediante o Termo de Colaboração N°008/2018 para Organização, Administração e Gerenciamento da UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24h – localizada em Matozinhos.

Dentre as ações previstas para cumprimento do Termo de Colaboração, está a prestação de assessoria técnica e administrativa de apoio a gestão na área da saúde.

Justifica-se a referida contratação a fim de garantir que, sejam atingidos os melhores resultados possíveis com os recursos humanos, tecnológicos e insumos disponíveis, garantindo que a gestão em saúde seja interpretada com unicidade e sem desdobramentos burocráticos, com vistas sempre à manutenção da assistência.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Os serviços, objeto desta contratação, são para atendimento a ações previstas no Termo de Colaboração N° 008/2018 celebrado entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social – IBDS e o Município de Matozinhos/MG. Para a efetiva prestação dos serviços propostos, devem ser considerados, para realizações dos serviços em questão os recursos humanos que se façam necessários.

Os interessados pela prestação dos serviços deverão computar, no preço ofertado, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.

3. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

Os serviços, objeto deste Termo de Referência, serão realizados na Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h, situada no município de Matozinhos/MG, conforme especificações aqui indicadas e da capacidade instalada e operacional do respectivo Estabelecimento.

4. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

Não se aplica.

5. RECEBIMENTO ATRAVÉS DO E-MAIL

compras.mtz@ibdsocial.org.br

6. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- a) O pagamento decorrente da concretização dos serviços, objeto desta contratação, será efetuado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social ao fornecedor de acordo com os valores previamente pactuados, após a comprovação da entrega nas condições exigidas, mediante ateste do responsável e apresentação dos documentos fiscais atualizados, no prazo de até 10 (dez) dias após sua execução.
- b) A nota fiscal deverá ser emitida pelo fornecedor em inteira conformidade com as exigências legais contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigível, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.
- c) Identificado qualquer divergência na nota fiscal, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento desde que devidamente sanado o vício.
- d) Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária a ser informada pelo fornecedor, ou

- eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- e) Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, o fornecedor dará ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social plena, geral e irretratável, quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
 - f) Após o recebimento da remuneração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social, e havendo subcontractações, o fornecedor deverá efetuar o pagamento de honorários devidos aos demais prestadores envolvidos em até 72h (setenta e duas horas) úteis.
 - g) É de responsabilidade das partes verificar junto às repartições municipais, estaduais e federais todos os tributos eventualmente aplicáveis ao objeto contratual, bem como proceder aos respectivos recolhimentos dos tributos e encargos que se fizerem necessário.
 - h) Os valores contratados poderão ser corrigidos anualmente, a partir da inflação acumulada entre a data-base e a data reajuste, sendo corrigida conforme a variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, conforme a seguinte fórmula:

$$RR = VR \times \frac{IPCA1}{IPCA0}$$

Onde: VRR = Valor do REPASSE mensal reajustado;

VR = Valor do REPASSE (correspondente ao valor mensal)

IPCA0 = Índice Geral de Preços (relativo ao mês anterior à data-base de reajuste, ou seja, do mês anterior ao de assinatura contratual);

IPCA1 = Índice Geral de Preços (relativo ao primeiro mês anterior ao da data de reajuste).

- i) A data-base a ser considerada para fins de reajuste do REPASSE é definida como sendo a data de assinatura contratual.
- j) Em caso de extinção do índice adotado para fins de reajuste, deverá ser adotado o índice que vier a substituí-lo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

7.2 - Fiscalizar a execução do contrato;

7.3 - Exigir da CONTRATADA a apresentação, junto com a nota fiscal de serviços, de todos os documentos de habilitação, atualizados, conforme edital.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Atender prontamente as solicitações de execução dos serviços, autorizados pela contratante.
- b) Acompanhar a atualização das informações do quadro de profissionais médicos e de enfermagem atuantes na unidade.
- c) Apoiar a organização do serviço médico e de enfermagem utilizando-se de instrumentos administrativos como regimento interno, normas e rotinas, protocolos, procedimentos operacionais padrão e outros.
- d) Realizar o diagnóstico situacional e, conseqüentemente, o plano de trabalho que melhor se adeque à sua efetivação.
- e) Participar do planejamento, execução e avaliação dos programas de saúde necessários ao bom funcionamento dos serviços médicos e de enfermagem na unidade.
- f) Apoiar no gerenciamento, no planejamento, na organização e no controle das atividades administrativas necessárias a execução dos serviços na unidade.
- g) Assessorar as estratégias definidas pela contratante para a unidade.
- h) Apoiar a execução de gestão da equipe visando o melhor desempenho das atividades na busca de resultados positivos para a contratante nos serviços prestados na unidade.
- i) Gerar e fornecer para o IBDS relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do mesmo.
- j) Responder ao IBDS a toda interpelação acerca do serviço público prestado pela mesma, feita por autoridade ou por pessoa do povo, de forma rápida e clara.
- k) Apoiar e acompanhar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de acordo com

as normas da ANVISA.

- l) Garantir confidencialidade dos dados e informações de pacientes.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- a) Comparecer em reuniões para as quais venha a ser convocado, desde que a data de realização seja comunicada com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, ressalvados os casos de caráter de urgência, que deverão ser devidamente comprovados.
- b) Comunicar imediatamente, qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado, bem como, quaisquer irregularidades observadas nas instalações para adoção das providências que se fizerem necessárias.
- c) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas referentes às condições firmadas no Contrato firmado entre as partes.
- d) Manter, durante o prazo de vigência do Contrato firmado entre as partes, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, reemitindo os documentos de habilitação sempre que a vigência expirar, bem como, atender fielmente todas as condições firmadas contratualmente.

10. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

O objeto da presente concorrência utilizará como critério de julgamento a escolha da proposta mais vantajosa mediante menor preço, representado pelo menor valor total do lote, observada as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O desembolso financeiro será mediante recebimento de parcela mensal oriunda do Termo de Colaboração N°008/2018 firmado entre o IBDS e o Município de Matozinhos/MG.

12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

O acompanhamento e a fiscalização dos referidos serviços serão realizados por responsável designado pelo IBDS, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às condições exigidas neste Termo de Referência.

13. CONDIÇÕES GERAIS

- a) O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.
- b) As partes agirão com completa autonomia em suas relações administrativas, econômico-financeira, e cada qual se responsabiliza por suas obrigações fiscais, bem como por quaisquer danos causados a terceiros por ato ou omissão de sua parte, seus agentes, empregados, prepostos e representantes, pela observância ou infração de disposições legais ou regulamentos vigentes.
- c) O fornecedor compromete-se à informar, permanentemente, ao IBDS sobre todos os procedimentos e técnicas adotadas para a consecução dos objetivos do presente objeto de contratação, além de quaisquer problemas eventualmente ocorridos no desenvolvimento de suas atividades.
- d) Toda e qualquer interrupção das atividades, objeto deste contrato, deverá ser previamente ajustada entre as partes e sempre comunicado com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias.
- e) Os serviços serão contratados para o período de 12 (doze) meses a contar da assinatura de contrato.
- f) Os prazos de vigências deste contrato poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos, por meio de termo aditivo a ser firmado entre as partes.
- g) A prestação dos serviços contratados não importará em constituição de

vínculo empregatício de qualquer natureza entre as partes.

- h) As partes guardarão, e farão com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do presente Contrato e mesmo após o seu término.

14. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

Rescisão do contrato e impossibilidade de fixar novos contratos com a contratante.